



SEÇÃO DOSSIÊ TEMÁTICO

Processos artísticos inclusivos: Sala Experiências do Olhar no Museu do Ingá, um relato de caso

Inclusive artistic: Experiences of Looking Room at the Ingá Museum, a case report

Roberta Fagundes Gonçalves¹

Rômulo dos Santos Morgado²

Patrícia Silva Dorneles³

RESUMO

Este artigo é um relato de experiência que serve para pensar a relação entre as instituições que atuam com pessoas com deficiência e as iniciativas propostas pelos museus para esse público. O texto propõe uma leitura posterior sobre os encontros e as ações que resultaram na proposta da Sala Experiências do Olhar, pelo Museu do Ingá, em Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, em 2019, como um projeto-piloto. Essa leitura parte de pressupostos do campo da acessibilidade cultural e das discussões mais atuais no campo da museologia, de modo que incentive ações e práticas participativas e colaborativas envolvendo o acesso e o acolhimento da diversidade humana em museus. Pretende, também, questionar a prevalência de exposições estritamente visuais, considerando a multissensorialidade como forma de enriquecimento da experiência museológica e de fruição estética, capaz de ampliar o acesso aos espaços museais. O processo contou com articulações intersetoriais entre profissionais de museus e profissionais da saúde do campo da reabilitação. Foram realizadas atividades culturais extramuros com pessoas com deficiência visual e encontros de discussão acerca dos desafios e possibilidades de ampliação do capital cultural e fomento à participação social das pessoas em vulnerabilidade, com base no reconhecimento do direito à cultura para todos.

Palavras-chave: Acessibilidade cultural. Deficiência visual. Multissensorialidade. Modelo social da deficiência. Reabilitação.

ABSTRACT

This article is an experience report that serves to think about the relationship between institutions that work with people with disabilities and the initiatives proposed by museums for this public. The text proposes a further reading about the meetings and actions that resulted in the proposal of the Sala Experiências do Olhar, by the Ingá Museum, in Niterói, Rio de Janeiro, Brazil, in 2019, as a pilot project. This reading is based on assumptions from the field of Cultural Accessibility and the most current discussions in the field of Museology so that it encourages participatory and collaborative actions

¹ Psicóloga.

Mestranda em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa (ULHT).
E-mail: robertafagundesg@gmail.com.

² Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC/RJ).

Especialista em Gestão de Museus pelo Programa de Estudos Culturais e Sociais da Universidade Cândido Mendes.

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: patricia.dorneles.ufrj@gmail.com.



and practices, involving access and the welcoming of human diversity in museums. It also intends to question the prevalence of strictly visual exhibitions, considering multisensoriality as a way to enrich the museological experience and aesthetic fruition, capable of expanding access in museum spaces. The process relied on intersectoral articulations between museum professionals and health professionals from the rehabilitation area. Extra-mural cultural activities were carried out with people with visual impairment, and discussion meetings about the challenges and possibilities of expanding cultural capital and fostering social participation of people in vulnerability, based on the recognition of the right to culture for all.

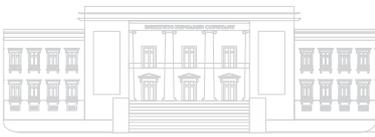
Keywords: Cultural accessibility. Visual disability. Multisensory. Social model of disability. Rehabilitation.

1. Introdução

O presente trabalho é um relato de experiência acerca de ações articuladas que resultaram na proposta da Sala Experiências do Olhar, um espaço destinado à concepção de exposições com ênfase na experimentação sensorial, no Museu do Ingá, em Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. O projeto conquistou o 3º lugar no 10º Prêmio IBERMUSEUS de Ações Educativas, em 2019, na categoria de Projetos em Andamento.

Compreendendo a importância da acessibilidade cultural, o museu concebeu a sala Experiências do Olhar, dirigida principalmente às pessoas com perda parcial ou total de visão. O objetivo foi ampliar e democratizar o acesso ao acervo, convidando os visitantes a experimentar outras formas de interação com as obras expostas. O conceito da sala propôs que a curadoria, planejamento e montagem de exposições multissensoriais se dessem na perspectiva da acessibilidade de forma colaborativa e participativa e servisse de suporte para uma programação de rodas de conversa, seminários e encontros sobre o tema. Em outras palavras, as ações foram pensadas como parte estruturante da programação e não como um desdobramento educativo complementar.

A proposta surgiu a partir de um grupo de trabalho formado em decorrência de demandas que se articularam promovendo encontros de diálogo, escuta e reflexão. Por parte dos museus, há hoje um movimento de oferta de ações acessíveis e uma busca por formação de público com deficiência em seus espaços. Por outro lado, instituições que atuam com a reabilitação dessa população têm por objetivo promover a autonomia e a participação social, numa perspectiva que não exclui a singularidade do caso a caso. A aposta se deu de forma que essas demandas pudessem atuar de maneira articulada, a partir de ações extramuros, promovendo espaços de fala e de escuta, fomentando o direito à cultura, a participação social e o acolhimento da diversidade.



2. Museu do Ingá e AFAC: breve histórico

O Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro – carinhosamente conhecido como Museu do Ingá – localiza-se em Niterói, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A instituição atua como centro de estudo, preservação e divulgação da história política e produção de artistas da região. Seu acervo contém mais de nove mil peças, distribuídas em oito coleções. Dentre elas, destacam-se as obras da Coleção Banerj⁴, acervo este considerado patrimônio público do Estado do Rio de Janeiro, reunindo pinturas, esculturas e gravuras de importantes artistas brasileiros de reconhecimento internacional, como Di Cavalcanti⁵, Cícero Dias⁶ e Tarsila do Amaral⁷.

Em 2016, o Museu do Ingá inaugurou a exposição “Di Cavalcanti em Várias Faces” que teve duração de cerca de um ano. A mostra contava com um grande mural formado por quatro grandes telas do pintor, cada qual representando um período específico do Brasil. A partir da exposição, o setor educativo elaborou uma oficina multissensorial, cujo objetivo era propiciar aos visitantes uma experiência imersiva com o intuito de ampliar os canais perceptivos, possibilitando uma nova interação do público com a obra e com o espaço museal. A elaboração da ação pelo setor educativo teve por base o conceito de percepção multissensorial como uma ferramenta semiótica importante na comunicação museológica (TOJAL, 2007). Dessa maneira, em consonância com a autora, a proposta era provocar uma reflexão e uma sensibilização para as diferentes possibilidades de fruição estética, para além da relação privilegiadamente visual nos museus.

As provocações sensoriais eram apresentadas ao longo de um circuito que iniciava com uma conversa no jardim do museu e seguia com os participantes de olhos vendados até a sala da exposição. De forma artesanal, estímulos olfativos e gustativos, percepções táteis e sons relacionados às telas foram oferecidos aos visitantes durante o percurso. Para isso, os educadores utilizavam incensos, frutas, objetos representados na obra, como, por exemplo, penas, arco e flecha e painel sonoro. A oficina era finalizada com a apreciação visual da obra e uma roda de conversa sobre a experiência.

4 A Coleção BANERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro) é proveniente de um banco estatal liquidado. A coleção teve origem nas comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro no início da década de 60. (MATESCO, 2015)

5 Di Cavalcanti (1897-1976), nascido no Rio de Janeiro, foi um pintor, ilustrador, caricaturista, gravador, muralista, desenhista, jornalista, escritor e cenógrafo. Foi idealizador e o principal organizador da Semana de Arte Moderna de 1922. (ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020.)

6 Cícero dos Santos Dias (1907-2003) nasceu em Pernambuco, nordeste do Brasil. Foi um importante pintor, gravador, desenhista, ilustrador, cenógrafo e professor. Na década de 1930 mudou-se para Paris, onde viveu até sua morte. Foi preso pelos nazistas e enviado a Baden-Baden, na Alemanha, em 1942. Entre 1943 e 1945, viveu em Lisboa como adido cultural da Embaixada do Brasil. (ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020)

7 Nascida na cidade de São Paulo, Tarsila do Amaral (1886-1973) foi uma pintora e desenhista modernista. Estudou em Paris e, influenciada por vanguardas europeias, especialmente pelo cubismo, criou um estilo próprio, explorando formas, temáticas e cores na busca por uma pintura de caráter tipicamente popular brasileiro. (ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020)



Anteriormente a essa exposição, em 2015, uma ação educativa sensorial havia sido realizada a partir da exposição “Emeric Marcier: Motivos do Rio de Janeiro”. Essa ação, no entanto, foi pontual e aconteceu para um grupo de professores e não como uma ação educativa regular. A iniciativa sensorial, bem como a proposta da oficina multissensorial da exposição “Di Cavalcanti em Várias Faces” não haviam sido pensadas como uma exposição acessível para visitantes com deficiência, mas acabou por abrir uma porta de acesso para públicos diversos. Nas duas mostras anteriores, Emeric Marcier (2015) e Di Cavalcanti (2016), as atividades multissensoriais desenvolvidas pelo setor educativo da instituição tinham o intuito de sensibilizar pelo uso dos outros sentidos, sem necessariamente serem estruturadas na perspectiva da acessibilidade. Entretanto, a procura de instituições de reabilitação — como a Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (AFAC)⁸ e o Instituto Fluminense de Saúde Mental (IFSM)⁹ — foi crescente e impactou o museu com essa demanda social.

A proposta da sala em questão como um projeto-piloto se sustentou na busca por uma sociedade mais justa, aberta, democrática e inclusiva, uma vez que atende à procura de um grupo historicamente excluído – cegos e pessoas com baixa visão – do acesso às obras e à programação do Museu do Ingá. Além disso, propôs promover ações acessíveis em um museu que não tem acessibilidade física em seu espaço. Tal ausência é devido a sua condição de casa histórica. O local foi um palacete de 1890 adaptado e reformado sucessivamente (1922 e 1967) – primeiro para ser sede de governo e, depois, para ser residência da família dos governadores (1904-1967) até, enfim, servir como instituição museológica. Entende-se que em razão das condições financeiras e de recursos humanos escassos, o museu ainda não possui um programa inclusivo que atenda às múltiplas deficiências. Entretanto, o histórico de atividades educativas com caráter multissensorial atraiu públicos diversos, provenientes de associações de reabilitação e instituições de saúde. Não se limitando apenas aos grupos de pessoas com perda total ou parcial de visão.

A Associação Fluminense de Amparo aos Cegos – AFAC, por sua vez, foi a primeira instituição filantrópica de Niterói, fundada em 1931. A antiga Sociedade dos Cegos de Niterói, como se chamava inicialmente, abrigava pessoas, seguindo um modelo asilar. Em 2014, a AFAC foi habilitada como Centro Especializado em Reabilitação II (CER II) de acordo com os critérios pré-estabelecidos pela Portaria 793, que instituiu a Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência como eixo estruturante do Sistema Único de Saúde – SUS, que trouxe diretrizes de ações integradas e articuladas no campo de prevenção e tratamento das pessoas com deficiência em vários níveis de atenção. No que se refere aos Centros Especializados em Reabilitação, a partir

8 A AFAC é um Centro Especializado em Reabilitação II (CER II) habilitado pelo Ministério da Saúde para atender pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência intelectual e/ou Transtornos do Espectro do Autismo e atua em âmbito estadual.

9 O IFSM é um instituto de assistência integrada em saúde mental, que conta com ambulatório e outras modalidades de atendimento a pessoas com transtornos mentais, como hospital-dia, que é um modelo de cuidado substitutivo ao modelo asilar, surgido em decorrência do movimento da Reforma Psiquiátrica.

de conformidade com o documento normativo Instrutivo de Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual e Visual (BRASIL, 2020, p. 6), a deficiência “é compreendida como resultado entre o impedimento corporal e as barreiras socioambientais, resultando numa participação social deficitária” sendo a reabilitação essencial para favorecer a participação das pessoas com deficiência nas esferas da educação, do trabalho e da vida civil. O documento cita o Relatório Mundial sobre a Deficiência de 2012¹⁰ (OMS, 2012) e conceitua a reabilitação ou habilitação como a intervenção que possibilita a funcionalidade individual e que envolve igualmente a intervenção no ambiente.

3. Da experiência em rede: ações articuladas

Em 2017, foi realizada uma primeira visita à oficina multissensorial “Di Cavalcanti em Várias Faces” no Museu do Ingá, com pessoas cegas e com baixa visão, intermédio da AFAC. A instituição viu na proposta multissensorial, uma possibilidade de ação conjugada com os objetivos da reabilitação. Após uma conversa com os educadores do museu, que se dispuseram a receber o grupo, a ação foi agendada e realizada.

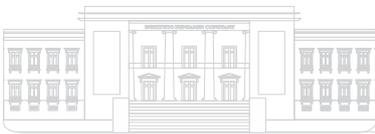
Figura 1. Visita da AFAC no Museu do Ingá



Fonte: Acervo pessoal.

#PraTodosVerem: Numa sala com paredes brancas, um grupo de pessoas sentadas está de costas. Três dessas pessoas estão em um banco de madeira e outras três no chão. Um jovem, em pé, oferece um arco indígena para uma mulher tatear. Ela está sentada no chão e usa venda nos olhos, já o rapaz tem pele clara, cabelos e barba escuros e usa óculos. Na parede, em letras pretas, está escrito: “Como pode o Brasil ter uma arte trágica e grandiosa sem que se faça a revolução social?”.

¹⁰ É possível acessar o documento em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf



A visita aconteceu como uma atividade extramuros com um grupo de pessoas cegas ou com baixa visão e seus familiares, levando em consideração os objetivos dos Projetos Terapêuticos Singulares (PTS)¹¹. A partir dessa experiência observou-se alguns efeitos significativos, como o relato de um casal cego que afirmou ter sido a melhor visita a museus que já haviam experimentado e a fala de uma mãe que afirmava que pela primeira vez havia percebido as dificuldades reais do filho. Observou-se também que para algumas pessoas a possibilidade de estar em um espaço público nunca antes frequentado, com uma ação que incluía o acolhimento à diferença, instigou a busca pela autonomia e o interesse por outras ações sociais e culturais.

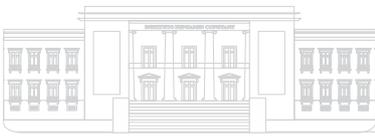
Nesse mesmo período, o Museu Histórico Nacional (MHN) procurou a AFAC, por meio de um educador com deficiência visual, para oferecer uma visita acessível. De forma a pensar as visitas no contexto da reabilitação, foi realizada uma roda de conversa na instituição sobre o acesso cultural voltado para esse público. Foram convidadas todas as pessoas com deficiência visual ligadas à instituição, representantes de outros museus e parceiros de rede, como representantes da Secretaria Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência de Niterói, da Superintendência de Museus da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do governo do Estado do Rio de Janeiro (SMU/SECEC) e da Biblioteca Municipal de Niterói. Antes dessa ação, foram realizados encontros com o intuito de alinhar os objetivos e as demandas de cada um. Ressalta-se assim a importância do engajamento dos profissionais nas ações específicas do mandato de cada campo de atuação e a disponibilidade para agir intersetorialmente¹².

A roda de conversa teve a participação de cerca de 60 pessoas. A ideia era poder ouvir as expectativas e interesses sobre as ações culturais por parte das pessoas cegas ou com baixa visão e o que os espaços culturais tinham a oferecer no âmbito da acessibilidade. Nessa roda houve a proposta de uma visita ao submarino, “o navio cego”¹³ do Museu da Marinha, no Centro do Rio de Janeiro, pelo pai de uma jovem com baixa visão. A visita foi realizada e mediada pelo proponente e teve a participação da equipe do MHN. Uma semana após a ida à Marinha, realizou-se uma outra roda de conversa com os envolvidos, na AFAC, para que fossem discutidos os pontos positivos e negativos da visita. Essa conversa possibilitou que todos refletissem criticamente sobre a experiência, como a questão quase sempre presente em relação ao uso da bengala e o que ela significa de modo particular para cada um, o tempo de reclu-

11 O PTS é um conjunto de condutas terapêuticas articuladas para cada usuário, considerando suas particularidades e necessidades para a efetivação do cuidado. É um processo dinâmico construído em conjunto pela equipe interdisciplinar, o usuário do serviço, quando isso é possível, e seus familiares, rede social ou pessoas de referência. É um processo que inclui avaliação inicial, definição de estratégias com ações articuladas e reavaliações conjuntas.

12 As ações intersetoriais são estratégias que servem para promover a integralidade do cuidado por parte de diferentes políticas públicas, já que a setorialização ou especialização não consegue responder aos problemas mais complexos e reais.

13 O submarino foi assim denominado pelo pai da usuária, que ofereceu a visita por ter lembrado que tal navio se desloca através de sensores e não visualmente. Sendo militar da Marinha, ele realizou a visita guiada contando experiências pessoais de missões realizadas por ele mesmo.



são de alguns desde o início da perda visual, as dificuldades e os desafios que a equipe do Museu da Marinha percebeu durante a visita, o papel da equipe de reabilitação no processo e no acompanhamento da visita extramuros e definição da visita apenas como um passeio ou algo a mais.

Nesse movimento de aproximação entre instituições, foi formado um grupo de trabalho com participação de representantes da AFAC, do Museu do Ingá, Museu Janete Costa de Arte Popular (MJC), Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), Museu Antônio Parreiras (MAP), MHN e o Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia (LAMCE), do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com a finalidade de refletir e discutir acerca das possibilidades do uso de tecnologias assistivas como forma de promover a acessibilidade nesses espaços e divulgar os acervos às pessoas com deficiência, por meio da multissensorialidade.

Durante os encontros, foi apresentada pela SMU/SECEC a proposta de criar a Sala Experiências do Olhar, no Museu do Ingá, como um projeto-piloto. A ideia era sugerir que a sala em que foram realizadas as exposições e ações educativas anteriores fosse transformada em um espaço permanente para montagem de exposições multissensoriais, ou seja, que envolvesse outros sentidos para além da visão. A ação propôs um espaço reservado para a curadoria e montagem de exposições de forma colaborativa, que contasse com a perspectiva da acessibilidade, desde o seu planejamento, de forma a garantir a ampliação do acesso às obras da instituição.

Para tornar o projeto possível, a organização contou com a assessoria técnica dos professores coordenadores do LAMCE/COPPE que foram responsáveis por viabilizar tecnicamente as provocações auditivas, com a elaboração de painéis sonoros e a instalação de caixas de som, e provocações olfativas, com a composição de essências e sua aplicação por meio de difusores de ar estrategicamente instalados, de forma a favorecer a experiência de imersão. Os sons e cheiros a serem elaborados foram escolhidos numa ação educativa com crianças da Escola do Serviço Social do Comércio (SESC) de Niterói¹⁴. O desenvolvimento das ações se deu de forma coletiva e colaborativa e durante o processo, terapeutas ocupacionais da AFAC realizaram oficinas de guia vidente e de acessibilidade atitudinal para os participantes do grupo de trabalho e funcionários dos museus.

Diante disso, a sala foi inaugurada com a exposição “Cícero Dias em Novos Olhares” (2019), com a mostra imersiva do painel “Visão Carioca” (1965), contando também com o recurso de audiodescrição¹⁵ da obra. Além disso, o projeto incluiu em seus objetivos promover o

14 O SESC, Serviço Social do Comércio, é uma instituição brasileira privada, mantida pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo, com atuação em todo âmbito nacional, voltada prioritariamente para o bem-estar social dos seus empregados e familiares, porém aberto à comunidade em geral.

15 Audiodescrição é um tipo de tradução intersemiótica, que traduz imagens em palavras, sendo um recurso importante para a acessibilidade de pessoas cegas ou com baixa visão às informações visuais. Permite que a pessoa cega tenha acesso autônomo à informação visual, fazendo sua própria construção imagética e interpretação do que é comunicado.

Museu do Ingá como centro formador e de referência em acessibilidade cultural para o estado fluminense, por meio de ações intersetoriais, espaços de discussão, sensibilização e formação sobre o tema da acessibilidade cultural. O projeto conquistou o terceiro lugar no 10º Prêmio IBERMUSEUS na categoria Projetos em Andamento.

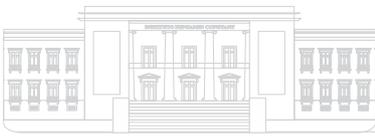
No entanto, devido à mudança de gestão do museu, e às subseqüentes medidas de contenção e distanciamento social ocasionadas pela pandemia de covid-19, os proponentes do projeto-piloto não puderam mais ter gerência sobre o espaço para dar continuidade à exposição. Apesar disso, salientamos a importância de todo processo de articulação realizado, que além da transformação pessoal dos envolvidos, continuou dando frutos, como, por exemplo, o Minicurso de Acessibilidade Cultural para Pessoas com Deficiência, oferecido em modo remoto, atingindo um público de cerca de 400 profissionais da cultura de várias localidades do Brasil. O Minicurso foi realizado em parceria com a UFRJ e a SECEC/RJ em maio e junho de 2020.

Figura 2. Folder de inauguração da Sala Experiências do Olhar



Fonte: SECEC/RJ.

#PraTodosVerem: Em um fundo bege, no alto, à esquerda, a logomarca da sala na forma de um círculo ocre cujo centro vazado contém uma meia-lua verde. Ao lado, está escrito: Sala Experiências do Olhar. Uma linha verde fina perpassa a logo e subscreve: Espaço Inclusivo de Experimentação Sensorial. Mais abaixo, no interior de uma forma retangular de cantos arredondados na cor ocre, está escrito em branco e verde: Exposição Cícero Dias em Novos Olhares, Museu do Ingá, 18 de Maio de 2019, às 15 horas. À direita, quatro quadrados de cantos arredondados compõem, em mosaico, um quadrado maior. No interior deles, partes da pintura a óleo Visão Carioca com o mar, o Pão de Açúcar, morros, casarios e vegetação.



4. Acessibilidade cultural na perspectiva da sociomuseologia

Recentemente, o campo museológico teve marcos importantes a serem considerados no Brasil. Esses marcos legais ressoam os efeitos do Movimento para uma Nova Museologia - MINOM, que surge na década de 1980, com a Declaração de Quebec, enfatizando a função social do museu e o direito à diferença no fazer desse campo deveras tradicional. O Estatuto dos Museus (Lei nº 11.904 de 2009) e a Política Nacional de Educação Museal, por meio da Portaria nº 422 de 30 de novembro de 2017 (IBRAM, 2017), trouxeram diretrizes de atuação nos espaços de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural com referência à função social, tendo como princípios o respeito à diversidade, a promoção da cidadania, a participação social e a valorização do relacionamento da sociedade com o patrimônio cultural e ambiental, tendo a educação em museus um papel importante de mediação entre esses espaços e a sociedade.

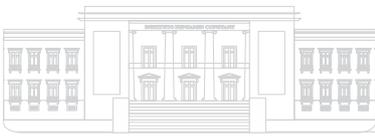
Esses marcos estão alinhados com a “efervescente ebulição” atual do campo da Museologia (BRUNO, 2020, p. 26) decorrente dos últimos 30 anos, que tiveram uma dinâmica singular com intensas reflexões acerca da sua organização, que levam teóricos da área e de outras a fazer novas conexões e impulsionam a demarcação das bases de uma escola acadêmica de pensamento e de ensino, como no caso da Sociomuseologia.

Primo (2019) também sustenta que o campo da Museologia está em desenvolvimento e aberto a perguntas e novas construções e que a própria Sociomuseologia se constitui dessas provocações, novos modelos e processos, e mais propriamente na relação com as demandas da sociedade. Chagas *et al.* (2018) retoma as várias nomeações e renomeações desde o início do Movimento da Nova Museologia, em 1980, para falar de pelo menos uma característica positiva, que é “a evidência de uma potência criativa, de uma capacidade de invenção e reinvenção de experiências e iniciativas” (CHAGAS *et al.*, 2018, p. 83). Além disso, ressalta o compromisso político e poético de suas práticas na efetivação de respostas singulares para problemas também singulares.

[...] As expressões museologia, nova museologia, museologia social e sociomuseologia não têm valor em si, e ainda mais, por si não podem nada, tudo depende do que se quer e do que efetivamente se consegue fazer com elas. É nas relações sociais e políticas, nas relações objetivas e subjetivas que estas expressões ganham ou perdem sentido. (CHAGAS *et al.*, 2018, p. 84)

Os autores afirmam, também, que a Museologia Social ou Sociomuseologia¹⁶, nessa perspectiva, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais, o com-

¹⁶ Nesse texto optamos pela ideia de uma perspectiva sociomuseológica, entendendo a Sociomuseologia como uma Escola de Pensamento (Bruno, 2020) que extrapola os limites da Museologia enquanto disciplina.



bate ao preconceito e a defesa da dignidade e coesão social, e que estes, inclusive, são alguns compromissos que distinguem, de fato, o social da museologia, o que serve, enfim, como ferramenta de trabalho colocada a favor da cidadania e dos direitos humanos. E, por fim, citam Moutinho (2007) que já ressaltava que a abordagem interdisciplinar faz da Sociomuseologia um recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, visando à igualdade de oportunidades e à inclusão social e econômica.

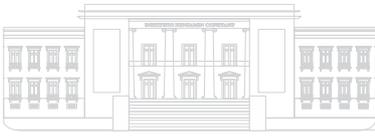
Em relação ao campo das pessoas com deficiência, em julho de 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146), quando a questão da obrigatoriedade da acessibilidade foi instituída, inclusive nos espaços de cultura. Uma adequação tornou-se necessária por parte tanto dos espaços virtuais, quanto dos espaços reais, no que se refere às estratégias que permitem a fruição de conteúdos pelas pessoas com deficiência. Segundo a Lei, capítulo II, a habilitação ou reabilitação aparece também como um direito da pessoa com deficiência e:

[...] tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p. 2)

Mas, apesar da LBI passar a instituir que o poder público deve promover a participação e assegurar a garantia de acesso aos espaços e atividades culturais, o conceito de acessibilidade cultural surge anteriormente, após um movimento social de pessoas engajadas e identificadas com a questão da deficiência, que se fortaleceu no interior do Ministério da Cultura com ações de escuta, empoderamento e reivindicação do direito à cidadania e participação cultural das pessoas com deficiência na construção das Políticas Culturais no Brasil. Um marco desse movimento foi a Oficina Nacional “Nada sobre Nós sem Nós”, realizada em 2008 de forma participativa pela Secretaria da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. A oficina resultou em um documento com indicativos e diretrizes de ações no âmbito das Políticas Públicas Culturais para a inclusão do direito cultural das pessoas com deficiência (MINC *et al.*, 2009).

A Acessibilidade Cultural, no entanto, não beneficia apenas o público com deficiência (SARRAF, 2018), muito embora tenha esse público como seu maior beneficiário pelas adequações que enseja para a garantia desse direito:

No universo da cultura, podemos afirmar a existência de um conceito de Acessibilidade Cultural que pressupõe que os espaços públicos e privados que acolhem os diferentes tipos de produção cultural como exposições, espetáculos, audiovisual, cursos, oficinas, eventos e todos os demais tipos de ofertas, devem oferecer um con-



junto de adequações, medidas e atitudes que proporcionem bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural para pessoas com deficiência, beneficiando públicos diversos (SARRAF, 2018, p. 25).

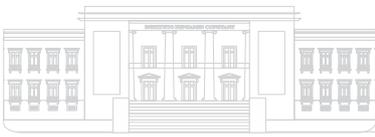
Outro ponto importante relacionado às pessoas com deficiência é o fato de existir uma relação estreita entre a vulnerabilidade social e a deficiência (DORNELES *et al.*, 2018). Grande parte dessa população vive em condições de pobreza, por falta de acesso à boa alimentação, saneamento e condições de promoção, prevenção e tratamento em saúde. E a deficiência relacionada à pobreza tende a ser um ciclo vicioso devido às barreiras encontradas à educação, ao emprego e outros serviços. Esse fato torna esse público duplamente não público dos museus.¹⁷

O acesso à cultura e a participação na sua produção, que inclui, além das visões de mundo compartilhadas, o fazer e fruir artísticos, também são direitos fundamentais de todas as pessoas, contribuindo para a noção de pertencimento, a construção de identidades, o estímulo à criatividade e a socialização, embora nem sempre sejam considerados como fatores de fundamental importância para o bom desenvolvimento emocional, psicológico, social e intelectual que são. Dupin (2020), por exemplo, cita um amplo estudo realizado em 2019 pela OMS, que aponta a arte como meio de promoção do bem-estar e da saúde física e mental, considerando-a num contexto social e comunitário, capaz de criar soluções que a prática médica ainda não conseguiu alcançar.

5. Universalização do acesso e diversidade

É preciso cautela para que a ideia utópica da universalização do acesso como meio para a efetivação da cidadania para todos não venha a encobrir as dificuldades específicas encontradas por determinado grupo no acesso aos espaços de cultura, tampouco as suas potencialidades e modos diversos de ser, sentir e estar. Ter o acesso universal como horizonte deve potencializar a diversidade humana e cultural no acesso aos espaços museais, o que acaba por invariavelmente não prescindir do acolhimento à diferença. Seja em relação ao tempo necessário a ser despendido na fruição estética de uma obra ou participação em uma visita, seja no tipo de linguagem e comunicação necessárias, ou no tipo de mediação mais lúdica, simplificada ou aprofundada. Mas, sobretudo, na escuta das narrativas singulares de cada sujeito que chega para uma experiência no museu, como uma prática de acolhimento e cuidado (ALVES; MORAES, 2019).

¹⁷ Não público dos museus é uma terminologia usada para se referir a grupos que não costumam frequentar os museus. As pessoas com deficiência e as pessoas em vulnerabilidade social e econômica fazem parte desses grupos.



No artigo “Autonomia pessoal e social de pessoas com deficiência visual após a reabilitação” (ACIEM; MAZZOTTA, 2013), os autores investigaram os ganhos de pessoas com deficiência atendidas por equipes de reabilitação e concluíram que o processo de tratamento trouxe efetivamente mais autonomia, independência nas atividades e participação nos espaços compartilhados, sendo, portanto, um processo importante para a inclusão social nos espaços públicos.

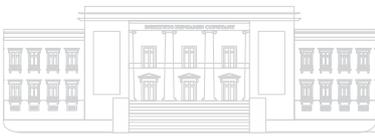
O usuário do serviço de reabilitação, em sua maioria, perdeu a visão recentemente ou vem perdendo progressivamente. Ao longo dos encontros é comum aparecerem relatos de quedas, trombadas, acidentes, que acabam por levar a um retraimento e abandono de atividades realizadas anteriormente. Nos casos em que há clareza da possibilidade da perda visual ou nos que a perda total da visão já se deu, o luto é uma etapa presente, com sofrimento, afastamento de atividades anteriores, perda de autonomia, de autoestima e de participação social.

A função da equipe de reabilitação, nesses casos, é acolher, avaliar e promover a construção de um PTS para que seja possível o retorno às suas atividades cotidianas com maior autonomia e qualidade de vida, promovendo, assim, a participação social. Esse acompanhamento interdisciplinar é importante, levando em consideração que não basta o ensino de novas técnicas, como o uso da bengala. Muitas vezes a pessoa em reabilitação passa por todo o procedimento de aprendizagem e orientações, mas não consegue fazer uso do que lhe foi passado pela equipe. As questões subjetivas e afetivas precisam ser acolhidas em cada caso para que seja possível a apropriação efetiva de sua nova condição, o que requer uma nova posição e perspectiva da vida por parte da pessoa em atendimento.

Para tanto, a garantia de um ponto de vazio, uma disponibilidade para o acolhimento de novas construções pelos próprios sujeitos envolvidos se faz necessária. Muitas vezes, é preciso calar, se despir da própria bagagem de conhecimentos para que se consiga escutar o que, de fato, serve ao outro. Para isso, é importante que se promovam encontros de reflexão e espaços de fala e escuta para que novas perspectivas, possibilidades e construções sejam possíveis.

O educador e poeta Severino Antônio, em entrevista para o evento “Ciclo Educar Hoje” realizado pelo SESC-SP¹⁸, ao falar sobre sua pedagogia poética para as crianças, lembra-nos que nossa civilização está centrada no olhar já faz muito tempo, e nos lembra que isso comporta um risco, pois contribui para um distanciamento que faz com que se perca a relação viva entre os sujeitos. Sendo assim, o poeta situa a escuta como uma ferramenta afetiva que aproxima e convida a estar perto.

¹⁸ Entrevista realizada para um evento do SESC-SP em 2018.
Disponível em: <https://www.facebook.com/institutoalana/posts/2461700590533605/>



No campo da cultura, os diferentes tipos de público requerem atenção, recursos e acolhimentos diferenciados, tanto por parte das tecnologias assistivas, cada qual para o enfrentamento de determinada barreira, quanto por parte da disponibilidade e preparo das pessoas e da sociedade para a acessibilidade atitudinal. Para tanto, o elemento norteador deve ser sempre o acolhimento da diversidade humana (SARRAF, 2018).

6. Considerações finais

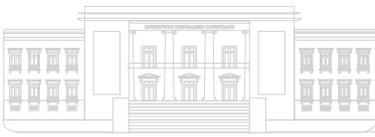
Atualmente, os setores educativos dos museus buscam instituições que atuam com pessoas com deficiência com o intuito de formar público. Essa aproximação, no entanto, nem sempre passa de uma ação pontual ou de um simples passeio assistido pelos profissionais da instituição. A partir da experiência relatada, verificamos que o processo de reabilitação pode incluir o fomento às atividades culturais como um direito, articulando seus objetivos gerais e singulares com ações que contribuam para a sensibilização dos profissionais envolvidos, atuando na promoção da convivência com a diferença e da vida em uma sociedade em diversidade.

As ações extramuros realizadas em conjunto com os profissionais de museus contribuem para a promoção do laço social, constituindo-se como uma forma de fomentar as condições de acesso, a participação e a cidadania cultural. E, sem perder de vista o lema estruturante do movimento das pessoas com deficiência, “Nada sobre nós sem nós”, pode ser uma saída para que o modelo social da deficiência seja efetivado para além dos protocolos de atendimento (GONÇALVES; OLIVEIRA; SANTOS, 2020).

Como bem pontua Sarraf (2008), tendo o desenvolvimento do pertencimento cultural como um dos seus principais objetivos, o museu pode lançar mão da percepção sensorial, posto que ela prescinde de conhecimentos intelectuais e “é livre das barreiras inerentes à origem elitizada e acadêmica” destes (SARRAF, 2008, p. 28). Portanto, a utilização de recursos multissensoriais para concepção de exposições, além de ampliar o acesso e a fruição estética das obras, abre também um espaço para que as ações educativas aconteçam com públicos diversos, como pudemos observar no presente relato, sensibilizando e instigando a reflexão acerca da prevalência da visão na sociedade e no embotamento dos outros sentidos no dia a dia.

Brulon (2012) ao falar da experiência museológica, formula:

A experiência está no aqui e no agora. A visita ao museu nos catapulta em pensamento para novos mundos, oferecendo formas alternativas de pensar e sentir (HEIN, 2000). Para a autora, os museus seriam, assim, avenidas que nos conduzem para fora de nós mesmos, mas, ao mesmo tempo, nos levam a mergulhar para dentro de nossa mais íntima realidade. Assim, podendo ser pensados como plataformas ou pontes, os museus atuam poderosamente nas subjetividades, permitindo o diálogo entre as



diferenças, tornando possível o confronto entre diferentes visões de mundo. É evidente que a subjetividade, como base de toda experiência, deve ocupar um lugar proeminente na experiência museal. A capacidade do Museu de produzir experiência – em vez de confirmar a realidade – é celebrada como sua *raison d'être*. E para verdadeiramente ser entendido, passa a ser necessário o conhecimento de seus usuários, mais do que de seu conteúdo. (BRULON, 2012, p. 68)

Considerando a cultura visual como “um campo de estudos muito alargado” (MEDEIROS; CASTRO, 2017, p. 5), vale, ainda, pensar no conceito de visualidade trazido pelas autoras, que se refere ao papel das imagens como arma política e seu papel ligado “a uma pulsão totalizadora e sintética” como forma de controle global da informação. Muito além de promover o acesso aos espaços de cultura, especificamente nesse caso aos museus, podemos pensar na fruição estética a partir da multissensorialidade como forma de ampliação da experiência museológica, capaz de contribuir com o traço comum que é “a necessidade de olhar para as imagens para além do discurso manifesto que podem aparentar” (MEDEIROS; CASTRO, 2017, p. 5).

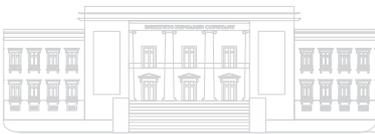
Por fim, o desafio de desenvolver ações culturais acessíveis em museus numa perspectiva sociomuseológica, com a participação de pessoas com deficiência e instituições que atuam com essa população, não seria, então, uma prática capaz de auxiliar, inclusive, na descolonização do pensamento museológico?

Descolonizar museus e patrimônios é desnaturalizar a matéria sedimentada nas reservas técnicas dos séculos anteriores para imaginar outras materializações possíveis, para além dos regimes normativos que engendraram a museologia que nos foi legada. Descolonizar o pensamento sobre os museus e a museologia implica reimaginar os sujeitos dos museus, bem como os corpos passíveis à musealização. Isto é, num trabalho de arqueologia de nós mesmos e dos vestígios que escolhemos valorar, reimaginar as materializações possíveis em regimes museais descolonizados. (BRULON, 2020, p. 26)

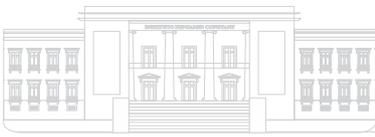
Referências

ACIEM, Tânia Medeiros; MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Autonomia pessoal e social de pessoas com deficiência visual após reabilitação. *Revista Brasileira de Oftalmologia*, [s. l.], v. 72, n.4, p. 261-7, 2013.

ALVES, Camila Araújo; Moraes, Marcia. Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus: uma prática de acolhimento e cuidado. *Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/44287/30185> Acesso em: 13 set. 2021.



- BRASIL. *Instrutivo de reabilitação auditiva, física, intelectual e visual*. Rede de cuidados à pessoa com deficiência no âmbito do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.
- BRASIL. Lei 11.904, de 15 de janeiro de 2009. Institui o estatuto de museus e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 10, p. 1, 15 jan. 2009 .
- BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015.
- BRULON, Bruno C. A experiência museológica: Conceitos para uma fenomenologia do Museu. *Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/216> Acesso em: 13 set. 2021.
- BRULON, Bruno C. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova série, v. 28, p. 1-30, 2020.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: entre abandono e destino. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 9, n. 17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/31590/26128> Acesso em: 13 set. 2021.
- CASTRO, Teresa; MEDEIROS, Margarida. O que é cultura visual? *Revista de Comunicação e Linguagens*, [s. l.], n. 47, 2017. Disponível em: <https://www.fcsh.unl.pt/rcl/index.php/rcl/article/view/75> Acesso em: 18 set. 2021.
- CHAGAS, Mario *et al.* A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. *Cadernos de Sociomuseologia*, [s. l.], v. 55 n. 11, 2018.
- DORNELES, Patricia Silva *et al.* Cidadania Cultural, tecnologia assistiva e pessoa com deficiência. *PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, [s. l.], v. 10, n. 19, p. 91-117, 2020.
- DORNELES, Patricia Silva *et al.* Do direito cultural das pessoas com deficiência. *Revista de Políticas Públicas*, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 138 - 154, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9225> Acesso em : 18 set. 2021.
- DUPIN, Giselle. Saúde e bem-estar: como cultura pode contribuir para o alcance do ODS 3 da agenda 2030 da ONU. *Boletim Observatório da Diversidade Cultural*, [s. l.], v. 92 n. 6, p.14-25, 2020. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/12/BoletimV92N06Dezembro2020.pdf> Acesso em: 08 set. 2021.



GONÇALVES, Roberta; OLIVEIRA, Leonardo; SANTOS, Nathália. O museu e a reabilitação, o que tem a ver? *Boletim Observatório da Diversidade Cultural*, [s. l.], v. 92, n. 6, p. 58-66, 2020. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/12/BoletimV92N06Dezembro2020.pdf> Acesso em: 13 set. 2021.

IBRAM. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. 2017. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf> Acesso em: 18 set. 2021.

MINC *et al.* Nada sobre Nós sem Nós - Relatório final da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas culturais para inclusão de pessoas com deficiência. *RUBI - Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais*, 2009. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/7110> Acesso em: 18 set. 2021.

MOUTINHO, Mário Canova. Definição evolutiva de Sociomuseologia. *XII Atelier Internacional do MINOM*. Lisboa, ULHT, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal de Direitos Humanos*. Disponível em: <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 08 set. 2021.

PRIMO, Judite. Os desafios contemporâneos na investigação em sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, [s. l.], v. 58, n. 14, 2019.

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência - benefícios para todos. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 6, jun. 2018. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/d1209a56/acb3/4bc1/92cc/183d6c085449.pdf> Acesso em: 08 set. 2021.

SARRAF, Viviane Panelli. *Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade*. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Escola de Comunicações e Artes, USP, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17112008-142728/publico/reabilitacaomuseu.pdf> Acesso em: 05 out. 2021.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. *Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus*. 2007. 322 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19032008-183924/pt-br.php> Acesso em: 13 set. 2021.

Recebido em: 15.7.2021

Revisado em: 15.8.2021

Aprovado em: 17.8.2021